

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: BALANÇO DOS TRABALHOS EM LÍNGUA INGLESA

CLÉOPÂTRE MONTANDON

Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation
Université de Genève

Tradução: Neide Luzia de Rezende

RESUMO

Este artigo faz um balanço retrospectivo das publicações sobre a infância na área da sociologia, examinando os textos em língua inglesa produzidos não apenas nos países anglo-saxônicos e escandinavos, mas também contribuições provenientes de países e regiões como a Alemanha, África do Sul, Austrália, Europa do Leste e do Sul. Aponta para a emergência de um novo campo de estudos: a sociologia da infância, que a toma como uma construção social específica, que tem uma cultura própria e merece ser considerada nos seus traços peculiares.
INFÂNCIA – SOCIOLOGIA – REVISÃO DE LITERATURA

ABSTRACT

THE SOCIOLOGY OF CHILDHOOD: A BALANCE OF WORKS IN THE ENGLISH LANGUAGE. This article does a retrospective analysis of publications on childhood in the area of sociology, examining texts in the English language produced not just in Anglo-Saxon and Scandinavian countries, but also the contributions from countries and regions such as Germany, South Africa, Australia and Eastern and Southern Europe. It points to the emergence of a new field of studies, the sociology of childhood, viewed as a specific social construction, which has its own culture and deserves to be considered with its own particular traits.

Artigo publicado originalmente na revista *Éducation et Sociétés*, n. 2, p.91-118, 1998, sob o título "La Sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise" (N. da E.).

Este artigo não trata unicamente de literatura anglo-saxônica, mesmo que a maioria dos trabalhos tenham sido produzidos pelos sociólogos norte-americanos, ingleses ou escandinavos. Mas uma das características dos pesquisadores nesse domínio, é a vontade de abrir o campo num plano internacional e um certo número de contribuições em língua inglesa provêm de sociólogos que trabalham na Alemanha, na Europa do Leste e do Sul, na África do Sul, na Austrália e em outros países.

Em 1984, a Sociedade para o Estudo do Interacionismo Simbólico, composta por sociólogos norte-americanos, organizou uma sessão intitulada Desenvolvimento da criança e interacionismo simbólico. O interesse suscitado por essa iniciativa encorajou alguns participantes a continuar seus intercâmbios e a criar, em 1986, o primeiro número da revista *Sociological Studies of Child Development*. Alguns anos mais tarde, no Congresso Mundial de Sociologia de 1990, um grupo de sociólogos da infância se reúne pela primeira vez e, em 1992, a Associação Americana de Sociologia dá à luz uma seção intitulada Sociologia das Crianças. Outro fato significativo, em 1992, a revista mencionada muda de nome, agora se intitulando *Sociological Studies of Children*.

Todos esses acontecimentos revelam uma intensa atividade dos sociólogos interessados na infância, a partir dos anos 80, e um certo reconhecimento do lugar das crianças no campo sociológico.¹ Isso justificaria a emergência e o estabelecimento de uma nova especialidade? Tal questão será retomada no fim deste artigo, após o exame dos primeiros trabalhos sociológicos sobre as crianças, dos principais temas explorados pelos sociólogos que trabalham com a infância e das orientações teóricas adotadas.

OS PRIMEIROS TRABALHOS SOCIOLÓGICOS EM LÍNGUA INGLESA SOBRE A INFÂNCIA E A CRIANÇA

Foi sobretudo nos Estados Unidos que o interesse pelo estudo das crianças conheceu nos anos 20 um primeiro avanço em sociologia (Trent, 1987). Se bem que desde essa época a infância tenha estimulado reflexões e trabalhos entre os sociólogos e os psicólogos sociais, segundo Trent, essa atenção se arrefeceu pouco depois, sendo que os psicólogos do desenvolvimento e os trabalhadores sociais é que passaram a investir maciçamente no campo.

O artigo de Trent começa descrevendo como, por volta do final do século passado, num contexto de industrialização intensa, urbanização, imigração, explosão demográfica e expansão da instrução pública, emergiu um interesse pelos problemas da infância e, particularmente, pelo trabalho das crianças, pela deficiência mental e delinqüência juvenil. Foram inicialmente os filantropos e reformadores sociais, seguidos pelos médicos e psicólogos que se lançaram no campo da infância. Os sociólogos, pouco presentes no início desse movimento, se manifestaram de maneira espetacular a partir

1. Algumas redes se abriram em outros lugares, sobretudo na Europa. "Childhood as a Social Phenomenon", por exemplo, foi um projeto internacional que reuniu dezesseis países (Qvortrup, 1993); em 1991, sociólogos britânicos fundaram em Londres o Childhood Study Group e em seguida a rede Childhood and Society (Mayall, 1994).

dos anos 20, principalmente cinco figuras da sociologia americana: William I. Thomas, Dorothy S. Thomas, Stanley P. Davies, E. W. Burgess e Kimball Young. Esses pesquisadores foram pioneiros, pois como mostrou a análise de Ambert (1986) sobre o lugar que ocupam as crianças nos trabalhos sociológicos, o número de páginas consagradas às crianças (com exceção de Durkheim, em *L'Éducation morale*) é ínfimo. Trent descreve a contribuição desses cinco sociólogos norte-americanos, situa-os em suas respectivas trajetórias, sublinha algumas orientações teóricas e tenta, sobretudo, compreender por que a via que eles abriram não continuou a ser seguida após os anos 30.

Várias razões são apontadas por Trent para explicar esse declínio. Por um lado, razões de ordem social, isto é, os sociólogos, contrariamente aos psicólogos, não tinham componente clínico em suas atividades. Os psicólogos monopolizaram progressivamente os recursos financeiros disponíveis em detrimento da sociologia. Por outro lado, Trent enfatiza razões teóricas, como, por exemplo, a presença de obstáculos metodológicos ou ainda o declínio da Escola de Chicago, à qual estavam ligados os cinco sociólogos, e o impulso das teorias parsonianas que, tratando mais da ação social do que dos atores sociais, estavam menos propícios ao desenvolvimento de uma sociologia da infância.

Após o singular período dos anos 20, e salvo algumas raras exceções, como foi o caso das sutis análises de Waller sobre a cultura dos escolares (1932), é só na segunda metade do século XX que um pequeno número de sociólogos de língua inglesa se voltou novamente para a infância. Num primeiro tempo, o processo de socialização das crianças, que girava em torno das práticas dos adultos, esteve, como indica Ambert (1986), no centro dos trabalhos (Bossard, Stoker-Boll, 1966; Elkin, Handel, 1960; Danziger, 1970; Shipman, 1972; Dreizel, 1973; Richards, 1974). Mesmo a obra de Ritchie e Koller (1964), que é uma das primeiras a ter como título *Sociology of Childhood*, se remete essencialmente ao processo de socialização. Foi preciso esperar Denzin (1977), e, sobretudo, os anos de 1980, como veremos adiante, para conhecer a emergência de algumas reflexões mais originais sobre a infância.

Esse longo período de silêncio intrigou certos pesquisadores. Ambert (1986), que procedeu a uma análise de conteúdo dos principais textos de base, tanto de revistas quanto de trabalhos dos maiores teóricos em sociologia, propôs uma série de razões para esse desinteresse, principalmente a predominância de um ponto de vista e de preocupações masculinas por parte dos principais representantes da sociologia americana, assim como o pequeno valor creditado ao domínio da infância por aqueles que têm o papel de guardiães do templo nas revistas prestigiadas e por ocasião de promoções acadêmicas. Mesmo as sociólogas feministas ignoraram a infância, focalizando mais a liberação da mulher do que a integração do papel materno nos novos projetos e nas novas expectativas das mulheres.

AS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DO ÚLTIMO QUARTO DE SÉCULO

A partir dos anos 80, os trabalhos sociológicos sobre a infância e as crianças se multiplicaram. Ao lado de estudos publicados em *Sociological Studies of Children*, assim como em revistas que não eram especializadas na infância, um certo número de obras vieram à luz (Chisholm et al., 1995; Corsaro e Miller, 1992; Corsaro, 1997; Cunningham, 1991; Elder, Modell, Parke, 1993; Fine e Sandstrom, 1988; Frones, 1995; Handel, 1988; James, Prout, 1990; Jenks, 1982; Mayall, 1994; Oakley, 1980; Stainton Rogers R., Stainton Rogers W., 1992; Qvortrup et al., 1994; Waksler, 1991; Zelizer, 1985). Sem dúvida, o impulso das perspectivas interacionistas, interpretativas e etnometodológicas tem aí a sua importância.²

Lendo os múltiplos trabalhos que os sociólogos realizaram nesses últimos anos sobre as crianças, é surpreendente constatar, de um lado, a predominância do empírico, e de de outro, a grande diversidade de questões exploradas. Para apresentar uma parte delas, vou distinguir, seguindo Frones (1994), quatro grandes categorias temáticas: os trabalhos que tratam das relações entre gerações; aqueles que estudam as relações entre crianças; que abordam as crianças como um grupo de idade e, finalmente, que examinam os diferentes dispositivos institucionais dirigidos às crianças.

As relações entre gerações

Uma primeira categoria de trabalhos estuda as relações entre gerações, entre pais e crianças ou entre adultos em geral e crianças. Poderíamos perguntar em que medida alguns desses trabalhos se situam na sociologia da infância e não na sociologia da família ou em qualquer outra especialidade. Essa questão será retomada mais adiante, na seção teórica. Por ora, é importante notar que os pesquisadores que se situam na sociologia da infância desejam romper com as abordagens clássicas da socialização e centram suas pesquisas sobre as crianças como atores. Seu objetivo é estudar as crianças não como objetos da socialização dos adultos mas como sujeitos do processo de socialização. Isso não impede que existam sociólogos que são, como veremos, menos radicais em suas orientações. É o caso de alguns pesquisadores que tratam das relações entre pais e filhos. Num artigo intitulado "Rumo à compreensão do processo disciplinar: o modelo

2. Para os etnometodologistas, ver Mackay (1974), Speier (1970). Observe-se que os psicólogos, que dominaram o terreno durante longos anos, cada vez mais se voltaram para uma abordagem contextualizada da criança, abrindo eles mesmos uma brecha no seu quase-monopólio.

da interação pai-filho",³ os autores construíram um modelo inspirado no interacionismo simbólico para analisar as condutas parentais que ocorrem nas situações disciplinares (Desalvo, Zurcher e Grotevant, 1986). Esse modelo leva em conta a maneira como os pais avaliam sua competência parental, assim como a contradição entre sua imagem ideal do comportamento parental e seu comportamento real, e os fatores culturais que forjam as reações parentais diante dos comportamentos de seus filhos. Fundando-se nesse modelo, eles tentam mostrar como a distância entre as condutas disciplinares ideais dos pais e seu comportamento real varia com o tempo e como isso influencia suas relações com seus filhos.

Os efeitos dos comportamentos parentais são também estudados num artigo intitulado "Divórcio e desenvolvimento da criança", baseado nos dados de um vasto estudo longitudinal efetuado nos Estados Unidos em nível nacional (Furstenberge, Seltzer, 1986). Os autores mostram que, com o tempo, as crianças cujos pais são divorciados superam o problema para se reajustar positivamente no âmbito da escola, da família e das relações com os colegas. Eles comparam o desenvolvimento das crianças vivendo em contextos familiares diferentes e tentam isolar os fatores que contribuem para uma readaptação positiva ou não dessas crianças, após o divórcio de seus pais.

Certos trabalhos adotam um ângulo comparativo, no tempo ou no espaço. Um estudo alemão sobre o tema da "Boa mãe: a história do modelo normativo do 'amor materno'" (Shütze, 1987) descreve os paradigmas teóricos mais populares que influenciaram os comportamentos maternos após o fim do século XVIII. Esse histórico do tratamento da infância pelos adultos mostra como as filosofias sustentadas nos comportamentos dos adultos são marcadas por mudanças, pela passagem de práticas disciplinares e afetivamente desmotivadas para práticas mais emocionais e calorosas.

No mesmo sentido, um estudo descreve as "Mudanças históricas das orientações parentais em relação aos filhos" (Alwin, 1988). Procedendo a uma análise quantitativa da mudança de atitude em relação às crianças nos Estados Unidos, o autor compara os dados provenientes de vários estudos nacionais e regionais num período de cinquenta anos. Ele mostra que os valores parentais são um indicador importante da mudança. Mais especificamente, os valores inventariados mostram que os pais dão preferência crescente à independência e autonomia das crianças e decrescente à obediência ou à resignação diante da autoridade. Alwin nota que essa valorização da autonomia caracteriza todos os meios sociais e sugere como conclusão algumas razões que explicariam essas mudan-

3. Os títulos dos artigos foram traduzidos para o português: para o título original em inglês, ver a bibliografia.

ças. O mesmo pesquisador continuou seus trabalhos sobre a evolução mais recente das preferências parentais no que concerne às características de seus filhos, sobretudo em relação ao sexo das crianças (Alwin, 1991). Ele se interessou pela relação entre as mudanças sociais referentes aos papéis masculino e feminino e às mudanças de preferências dos pais e das mães concernentes a suas filhas e filhos. Mediante análises quantitativas sofisticadas, seus resultados indicam pouca diferença entre as qualidades que os pais valorizam nas filhas e nos filhos, e mostra que não há convergência significativa mais marcante quando, por exemplo, as mães trabalham. Esses dados devem, sem dúvida, ser considerados com precaução, mas não deixam de ser encorajadores para outros trabalhos associados a essa problemática.

Os trabalhos comparativos entre países são interessantes. Sem dúvida, os antropólogos antigos e modernos trabalharam bastante nessas questões (Whiting, Edwards, 1988) e é de se perguntar até que ponto suas abordagens hoje diferem das dos sociólogos. De todo modo, esses últimos trabalham cada vez mais nessa área. O projeto *Childhood as a Social Phenomenon*, mencionado anteriormente, gerou toda uma série de relatórios nacionais interessantes (Qvortrup, 1993). Nos Estados Unidos, os pesquisadores gostam de estabelecer comparações com o Japão. Boocock (1991) efetuou uma análise comparativa das concepções da infância e das práticas educativas nesses dois países. Baseando-se nesses trabalhos existentes e em suas próprias pesquisas, ela evidencia as determinantes históricas, as contradições, mas também as conseqüências práticas e as tendências do futuro no que concerne às representações da infância no Japão e Estados Unidos. Ela mostra, dentre outras coisas, que na cultura japonesa as crianças pequenas, consideradas como essencialmente boas: suas atividades físicas, o barulho que fazem, são vistos como algo "natural" e não como incômodos que devem ser reprimidos. Os pais japoneses têm menos medo que os pais americanos dos comportamentos incontroláveis das crianças. Por outro lado, eles se preocupam mais com o desenvolvimento de um *savoir-faire* social nas suas crianças, por isso a preocupação em ver seus filhos participar de atividades de grupo, preocupação não compartilhada pelos pais americanos.

A estrutura familiar é freqüentemente comparada com a vivência das crianças. Amato (1995), num artigo que é, ao mesmo tempo, uma revisão da literatura, mostra como as condições de vida das crianças e suas chances para o futuro são afetadas pela composição de seus lares. Concentrando-se em famílias monoparentais, numa ótica que na verdade se encontra na fronteira da sociologia da família e da sociologia da infância, ele compara alguns estudos no contexto ocidental e mostra, no conjunto, as crianças nessas famílias, em relativa desvantagem. Ele analisa uma série de razões em relação a essa

constatação, e ressalta o fato dessa desvantagem não ser um fenômeno universal, mas que varia segundo o contexto no qual vivem as crianças. Nas sociedades coletivistas, por exemplo, nas quais “as crianças têm um contato estreito, freqüente e estável com um grande número de adultos, a perda de um dos pais da rede social da criança pode não ser especialmente problemática” (Amato, 1995, p.39). Da mesma forma, nos países em que existem políticas sociais bem desenvolvidas, como na Escandinávia, por exemplo, a desvantagem pode ser atenuada.

Um estudo comparativo e longitudinal que compara as mudanças nas relações pais-filhos foi realizado na Alemanha Oriental, Alemanha Ocidental e Países Baixos, baseado num quadro conceitual rigoroso. Büchner, Krüger e Du Bois-Reymond (1994, 1995) colocam em paralelo as mudanças que vivem as crianças na sua vida cotidiana e o processo de individualização nas sociedades da Europa Ocidental. Ressaltam as pressões econômico-consumistas que alcançam as crianças cada vez mais jovens e remodelam as relações tradicionais entre pais e filhos, dando mais independência às escolhas das crianças. Esse estudo é particularmente interessante porque é uma das raras pesquisas que investigam as relações entre pais e filhos sem se limitar aos discursos ou às práticas dos pais unicamente. De fato, os pesquisadores fizeram longas entrevistas com as crianças de maneira a ter boa compreensão de seus pontos de vista.

De maneira geral, os trabalhos, que estudam as relações entre gerações e destinam lugar importante às crianças, são amparados por uma abordagem unilateral da socialização. Entretanto, há hoje trabalhos que adotam perspectivas menos tradicionais. Como Ambert (1992) que estudou a influência exercida pela criança na vida de seus pais. Ela mostra a carência de trabalhos sociológicos sistemáticos nessa perspectiva, situa essa problemática numa perspectiva histórica; faz um repertório dos aspectos da vida dos pais que podem ser afetados pelos filhos. Constrói um modelo integrando as dimensões que permitem compreender esse efeito ao inverso. Incorpora as características dos pais, dos filhos, assim como a resposta social. Uma série de capítulos é consagrada aos estudos empíricos. Ambert igualmente apresenta questões que mereceriam a atenção dos sociólogos.

Outros pesquisadores procuraram estudar a infância para compreender a idade adulta, para explorar a famosa estrofe de Wordsworth “The Child is father of the Man” (a criança é pai do homem). Pimley, por exemplo, tentou relacionar as condições sociais atuais de um certo número de adultos com os aspectos específicos de suas experiências durante sua infância. Nesse caso, ele relacionou a competência interacional atual dos sujeitos adultos com um certo número de características de sua vida de criança. Ele descobriu que os indivíduos cujos pais tinham um alto *status* social eram menos capazes de se comunicar e de se virar na vida de adulto. Em revanche, correlações fracas foram

observadas entre a competência interacional dos sujeitos e aquela de seus cônjuges ou ainda a de seus pais.

As relações entre as gerações são marcadas por maior uniformização ou sobretudo por maior diferenciação entre adultos e crianças? De um lado, há os que sustentam a idéia de uma uniformização crescente e que por isso não vêem a utilidade de uma sociologia da infância. Por outro lado, há os que pensam que as diferenças tornaram-se mais sutis e o importante hoje é considerar não somente as diferenças entre gerações, mas também entre crianças de idade diferentes. Por outro lado, ainda, a multiplicidade das dimensões que marcam as diferenças deve ter mais precisão. Como mostra Frones (1994, p. 154), uma criança hoje pode conhecer mais coisas que seus pais, ou ser amadurecido sexualmente, e continuar sendo um escolar. Isso coloca igualmente a questão dos limites da infância. Retomaremos essa questão adiante.

As crianças e os dispositivos institucionais criados para elas...

Os efeitos das instituições sobre as crianças e suas famílias atraíram o interesse dos sociólogos já há algum tempo. Em 1969, Platt publicou um artigo histórico sobre o advento do movimento de “salvação” das crianças nos Estados Unidos no fim do século XIX, seguido pela obra *The Child-savers*. As instituições que se ocupam das crianças – seja a escola, as instituições da primeira infância, as que se ocupam dos lazeres ou a mídia –, cada vez mais numerosas, organizam e influenciam a vida cotidiana das crianças e formam um campo que inspira vários trabalhos. Em geral, a vida das crianças nas instituições foi estudada com o objetivo de ver se estas cumprem bem sua função. Mas os trabalhos de feição clássica, que examinam a influência dessas estruturas sobre as crianças, são hoje menos numerosos em relação aos que atribuem às crianças um papel ativo.

Mesmo em idade muito tenra, as crianças desempenham um papel nessas instituições. Um estudo realizado nos jardins de infância em Israel compara aquilo que dizem professores e alunos sobre a ordem estabelecida nas classes. Vê-se que, apesar de os professores terem o poder, sobretudo para organizar o trabalho a ser feito e o emprego do tempo cotidiano, eles não são os únicos a criar a realidade dessas instituições. Kalekin-Fishman (1987) mostra que essa realidade se constitui de uma ordem negociada, construída em conjunto pelas crianças e pelos educadores e esclarece como as crianças estruturam de maneira ativa seu espaço, seu tempo e as atividades nas quais se envolvem no âmbito estabelecido pelos educadores. No mesmo sentido, no Canadá, Carere (1987) explora a hipótese de uma relação negociada entre professores e alunos na escola primária, e, mais particularmente, a presença de uma luta implícita e velada dos educadores pelo poder e dos alunos pela própria expressão. Ela mostra como os pro-

fessores estabelecem barreiras no campo de ação das crianças com o objetivo de otimizar suas aprendizagens. Ela utiliza o conceito de *funneling* (processo de funil), para indicar como eles reduzem progressivamente as fronteiras físicas das crianças, e o conceito de *focus maintenance* para designar como limitam o campo de sua percepção. Com maior frequência, as crianças aceitam essas medidas, mas tentam ganhar fragmentos de liberdade e de autonomia no interior dessas fronteiras por meio de todo tipo de técnicas de personalização.

As instituições para a primeira infância começam a se multiplicar nos Estados Unidos e os pesquisadores a se interessar, cada vez mais, por elas. Num estudo realizado em seis creches nos Estados Unidos, Leavitt (1991) observou a vida cotidiana dos bebês e crianças bem pequenas. Ela se surpreendeu com a rigidez das grades horárias, com a arbitrariedade de regras e com o ritualismo das pessoas que ali trabalhavam. Essa gestão que reifica os pequenos é, segundo Leavitt, uma herança de teorias em desuso e não é necessária para os cuidados coletivos de crianças pequenas. Esse trabalho contém uma análise crítica bem documentada e uma visão alternativa da guarda dos pequenos.

Numa pesquisa americana de tipo clássico, a colocação das crianças segundo diferentes modalidades foi relacionada com o desenvolvimento de suas competências cognitivas. Studer (1992) mediu a aquisição dessas competências com a ajuda de dois testes cognitivos em quatro contextos diferentes: a guarda das crianças em suas casas, em casa de parentes, em casa de famílias que fazem esse serviço e a guarda numa instituição (creche, escola infantil ou jardim de infância). Controlando a influência dos recursos econômicos da família e a influência do trabalho da mãe, ela mostrou, entre outras coisas, que a guarda familiar era associada às taxas mais elevadas de competências de linguagem. Num outro estudo, Studer (1992a) comparou entre si instituições da primeira infância e se interessou mais particularmente pelo número de crianças em cada instituição, assim como pelo efeito dos recursos socioeconômicos das famílias. Ela observou que a qualidade do quadro de pessoal não estava ligada de maneira significativa a um ou outro dispositivo. Entretanto, a qualidade do pessoal exerce uma influência sobre a preparação das crianças para a entrada na escola primária. Em especial, as crianças de famílias de baixa renda são mais bem preparadas quando vão para instituições de qualidade.

No campo da educação especial, dois sociólogos estudaram como os professores e terapeutas que trabalham com as crianças pequenas adotaram progressivamente uma perspectiva clínica para incentivar o desenvolvimento (Darling, Darling, 1992). Eles rastreiam a história de programas de tratamento baseados em explicações psicológicas de desenvolvimento da criança e das interações pais-filhos, principalmente a presença nos pais de um sentimento de culpa, ligado a uma rejeição da criança deficiente. Enfatizam

também a aparição de uma abordagem sistêmica e vêem nessa tendência maiores possibilidades de aproximação com uma abordagem sociológica da intervenção social.

Certos pesquisadores se perguntam em que medida os interesses da criança são mais atendidos pela institucionalização (Phadraig, 1994). Observando que a maioria dos dispositivos para a guarda diária visa liberar as mulheres para que possam trabalhar fora e não ao desenvolvimento das crianças, Phadraig nota que, no final das contas, interesses de pais e filhos não são inteiramente opostos.

A relação da institucionalização da infância com os processos de individualização e individuação das sociedades ocidentais foi explorada de modo interessante por Frones (1994) e por Näsman (1994). O primeiro observa que a infância foi invadida por um controle rigoroso e também por uma regulamentação maciça no domínio da educação e dos cuidados profissionais. A institucionalização exige uma "individuação" à medida que nos sistemas burocráticos o indivíduo constitui a unidade à qual correspondem os direitos e o controle social. Essa individuação significa que os direitos e as responsabilidades se aplicam aos indivíduos e não às famílias (ou aos casais). Entretanto, apesar do fato de as instituições se dirigirem às crianças e organizarem sua vida de maneira uniforme, o tratamento que oferecem conduz à individualização. As abordagens educativas e psicológicas modernas insistem na individualidade das crianças. Segundo Frones, esse duplo processo de individuação e individualização remete a um paradoxo: de um lado assiste-se a um controle social rigoroso das crianças por intermédio das instituições, e de outro à promoção de sua autonomia (1994, p. 164). Assim, a individualização serve de algum modo à individuação. Nessa lógica, a individualidade dos indivíduos serve a seu controle burocrático (Näsman, 1994, p. 157).

Dentre as instituições para as crianças, a escola ocupa evidentemente o primeiro lugar. Na literatura anglo-saxônica, Woods (1980), Pollard (1985), Cullingford (1991), estiveram dentre os primeiros a explorar a criança ator no âmbito escolar. Seus trabalhos tiveram um impacto importante em sociologia da educação. Entretanto, mesmo situando-se em cheio nessas preocupações da sociologia da infância, eles não reivindicaram essa perspectiva. Seria interessante saber por quê. Teria sido por causa da fraca visibilidade da sociologia da infância na época? Teria sido por considerarem a sociologia da infância sem razão de ser e que cabia unicamente à sociologia da educação tratar dos alunos? Retomaremos essa questão mais adiante.

O mundo da infância: interações e cultura das crianças

São os trabalhos sobre as trocas, as brincadeiras, as relações das crianças entre si, enfim, as pesquisas sobre o mundo da infância que, sem dúvida, mais contribuíram para

uma tomada de consciência do interesse por uma sociologia da infância e da inadequação dos paradigmas teóricos existentes. São os mesmos sociólogos que estudaram de perto as crianças e se declararam insatisfeitos com as teorias da socialização que durante muito tempo conceituaram as crianças como objetos da ação dos adultos.

Corsaro foi um dos primeiros a estudar as interações de pares (1979; Corsaro, Eder, 1990; Corsaro, Miller, 1992). Numa pesquisa fundada em observações e gravações em vídeo com situações de brincadeiras, analisou a cultura que as crianças desenvolveram para criar (Corsaro, 1986). Ele mostrou, entre outras coisas, que quando as crianças interagem representando papéis, dando porém livre curso à imaginação, por um lado tentam adquirir um maior controle sobre suas vidas e por outro compartilham esse controle entre si. Corsaro realizou etnografias comparativas na Itália e sobretudo nos Estados Unidos a fim de examinar como a participação das crianças nas brincadeiras de faz-de-conta contribui para a produção e a extensão da cultura dos pares, oferecendo às crianças elementos de compreensão e de preparação em relação ao mundo dos adultos. Ele é um dos promotores de uma perspectiva interpretativa e construtivista para estudar a socialização das crianças. Segundo essa abordagem, a socialização das crianças não é uma questão de adaptação nem de interiorização, mas um processo de apropriação, de inovação e de reprodução. Interessando-se pelo ponto de vista das crianças, pelas questões que elas se colocam, pelas significações que elas atribuem, individual e coletivamente, ao mundo que as rodeia, descobre-se como isso contribui para a produção e a transformação da cultura dos grupos de pares, assim como da cultura adulta (Corsaro, Miller, 1992).

Os pesquisadores que adotam a abordagem interpretativa reivindicam com maior frequência os métodos etnográficos e etnometodológicos com o objetivo de compreender o ponto de vista das crianças. Numa pesquisa efetuada junto a crianças da escola primária, pesquisadores alemães mediram o número de tipos de interações de meninas e meninos. Descreveram como meninas e meninos se ajudam, brigam, provocam-se e também como esses comportamentos se modificam com a idade. Mostraram ainda como as interações das crianças, de ambos os sexos, preparam o terreno para os tipos de interações de adultos (Oswald et al., 1987).

Pesquisadoras norte-americanas interessaram-se pelo desenvolvimento, pelas interações: de alunos, de normas e de valores relativos à amizade, à apresentação de si e também relativos ao *status* (Eder, Sanford, 1986). Elas analisaram as diferentes maneiras que têm os alunos, principalmente as meninas entre 11 e 13 anos, de se comunicar e de construir essas normas interacionais, isto é, as discussões sobre outras pessoas, os confrontos com os transgressores, mas também o humor ou as traquinagens.

As interações mais estruturais, como a argumentação, interessaram um sociólogo que procedeu a uma análise conversacional das crianças (Maynard, 1986). Caminhando numa abordagem linguística, ele mostrou que as crianças são capazes de interações complexas, progredindo da negação ou da oposição rumo a formas de argumentação sofisticadas. Relacionou essas observações com a organização social. Mediante as discussões, as crianças apresentam uma sensibilidade a seu entorno social. Elas foram conduzidas a situações nas quais devem se proteger, preservar uma imagem positiva de si mesmas, mostrar seu conhecimento dos valores e das normas. O estudo das conversações das crianças permite compreender como aprendem, por que fazem o que fazem, e por que escolhem uma ou outra posição durante as interações e atividades entre elas. As práticas argumentativas contribuem para a organização de suas atividades e de sua vida social.

Certos trabalhos debruçaram-se mais sobre o ponto de vista das crianças do que sobre suas interações. Um estudo sobre a significação que as crianças atribuem à idade mostrou que essa é uma noção importante na constituição dos grupos de pares (Passuth, 1987). O autor descreveu as atitudes das crianças em relação à sua própria idade e à idade dos outros, assim como os privilégios e as expectativas referentes aos comportamentos que são associados ao fato de uma criança ser grande ou pequena. Segundo Passuth, as crianças aprendem as principais igualdades assim como as distinções dos *status* dos indivíduos, mediante as interações marcadas pela idade dos participantes.

Num estudo baseado nas interações de crianças durante brincadeiras, Meehan (1988) dedicou-se às conversas iniciais que precedem o começo de uma brincadeira, a fim de ver de que modo cada criança nelas se envolve, decodifica as ações e as interpretações dos outros. Ele mostrou que o conhecimento de elementos biográficos, assim como da respectiva experiência prévia da brincadeira, determinam, em grande parte, as primeiras trocas das crianças e que a incapacidade de decodificar certos dizeres iniciais conduz a situações inusitadas. Mostrou também que, na conversação, as crianças respeitam a vez de cada um e sabem distinguir aquilo que é brincadeira daquilo que é sério.

Sempre no grupo de trabalhos sobre as interações entre pares, durante as brincadeiras, é preciso destacar o artigo de Keith Sawyer (1995) a qual sustenta que as interações das crianças durante as brincadeiras em que elas se imaginam no lugar de uma outra pessoa lhes dão a possibilidade de criar realidades relacionais temporárias, que podem ser úteis para analisar o que se passa no mundo dos adultos. Segundo o autor, o estudo detido desses processos de interação pode conduzir à compreensão das contribuições individuais para a construção da ordem social e, inversamente, das restrições que se exercem sobre as ações dos indivíduos.

Há outros trabalhos mais teóricos, por exemplo, o ensaio de Mead, sobre a importância da brincadeira no desenvolvimento das interações de crianças, cuja abordagem é comparada à de Winnicott (apud Das, MacCarthy, 1986). A dimensão emocional que Winnicott explora nas brincadeiras criativas das crianças completa, segundo os autores, a perspectiva interacionista de Mead.

Uma pesquisa sobre os aspectos normativos das interações foi realizada junto às crianças da escola primária na Alemanha. Recorrendo à observação participante, Oswald (1992) explorou a maneira pela qual as crianças, na ausência dos adultos, chegam a um consenso relativo à definição das normas, assim como à sua transgressão. Mostrou que as reações das crianças diante das violações das normas dependem de sua relação com os transgressores. Todas as crianças, num momento ou noutro, são envolvidas em situações de quebra de normas, mas sua ação depende do grau de amizade que as liga àqueles que as transgrediram. As normas válidas para os que não são membros do grupo não são aplicadas aos amigos próximos, cujo comportamento é aceito com maior frequência. Quanto às ações realizadas quando a violação à norma é reconhecida como uma verdadeira transgressão, elas variam segundo cada criança. Algumas preconizam ações reparadoras e outras ações punitivas. Contudo, mais do que as sanções, as proposições reparadoras são muito frequentes entre as crianças que querem restabelecer os vínculos, objetivando retomar a brincadeira, o mais rápido.

Uma outra pesquisa, igualmente elaborada mediante a observação participante, foi realizada nas escolas primárias americanas a fim de examinar como são interpretadas as diferenças de *status* entre grupos de crianças e dentro de um mesmo grupo (Kless, 1992). Os grupos de pares compostos de meninas se distinguem dos grupos compostos por meninos. O *status* socioeconômico tal como é decodificado pela vestimenta, a posse de objetos, o estilo de vida, a aparência física e as habilidades, que indicam uma certa precocidade ou têm um caráter distintivo, eram critérios de valor para as meninas. Por sua vez, os critérios de valor dos meninos eram as *performances* esportivas, a brutalidade, a desconfiança em relação à autoridade e à frieza. Constata-se que as diferenças que caracterizam as culturas dos grupos de meninos e meninas fazem parte da maneira como cada grupo percebe os papéis considerados próprios de cada sexo, e que pressupõem socialização da pessoa.

Waksler (1986) é uma das primeiras sociólogas a explorar o mundo social das crianças e a estudar o que elas são e não o que elas se tornam segundo uma perspectiva metodológica interacionista. Numa publicação de 1991, encontram-se alguns trabalhos interessantes sobre as interações de crianças e sobre o trabalho que elas fornecem para criar e para manter seu pequeno mundo. Um dos capítulos (Mandell, 1991) analisa a

maneira que as crianças negociam as significações atribuídas às interações sociais, tendo em conta os pontos de vista de seus colegas e procurando comunicar os seus. No rastro de Mead, ela procurou observar junto às crianças a relação destas consigo mesmas, com o outro e com os objetos, que pressupõe todas as formas de interação. Adotando a posição da observação participante,⁴ estudou as crianças de dois a quatro anos nas creches e procurou ver como essas, diante de situações novas, procedem para ter idéia do que ocorre, do que as outras fazem e do que elas próprias devem fazer. Desse modo, ela identificou quatro posturas nas interações entre crianças. A primeira é a “implicação de si mesma”, em ocasiões em que as crianças começam a fazer algo e têm que se haver com objetos físicos e com suas próprias ações e reações. Mandell observou essa atividade nomeada por Denzin (1977) como “brincar consigo próprio”, que é uma postura na qual as crianças aprendem igualmente a levar em conta os outros. A segunda postura é “a observação interpretativa e a apresentação de si mesma”, quando as crianças aprendem os mecanismos das interações. A implicação é ainda periférica, as crianças se colocam perto de outras crianças e as observam em suas atividades, anunciando de diversas maneiras a sua presença. A terceira postura é a “co-implicação”. Nesse caso, as crianças tentam participar nas atividades das outras. O que nem sempre é possível na primeira tentativa. Procuram sugerir uma idéia, um objeto, uma atividade. Se esses índices são compreendidos pelos outros e interpretados corretamente, então há um encontro bem-sucedido. Para que a troca tenha continuidade, é preciso que a partilha de índices continue. Por fim, a quarta postura é a “implicação recíproca”. Nesse caso, “a ação é criada conjuntamente, baseada numa definição comum da realidade” (1991, p. 172). Nessa etapa, mais do que a atividade em si, o que conta é a compreensão recíproca. Essas posturas não representam estágios, elas são vivenciadas pelas crianças em qualquer idade segundo as circunstâncias.

No mesmo livro encontram-se igualmente dois capítulos de uma obra única no seu gênero, que trata dos saberes tradicionais e da linguagem, da cultura em suma dos escolares na Grã-Bretanha (Oppie e Oppie, 1959). Esses textos revelam um conjunto variado de exemplos do papel das crianças na criação do mundo social em que vivem e da sua cultura. Mostram que as crianças possuem saberes particulares, humor, um senso das possibilidades oferecidas pela língua, idéias sobre a realidade social que as rodeia. Os Oppie, que estudaram a transmissão das crenças, jogos, adivinhações, cantos, histórias

4. Com relação à observação participante junto a crianças pequenas, Mandell argumenta que, se é verdade que um adulto não pode se passar por uma criança, é possível se fazer aceitar pelas crianças e participar de um certo número de atividades com elas. Mandell (1988) descreveu sua posição mediante o intraduzível “the least adult role in studying children”.

engraçadas, trocadilhos, apelidos, epítetos, gírias etc. entre as crianças mostraram que estas criam e recriam uma cultura transmitida de geração em geração com suas variedades regionais e suas especificidades locais.

As crianças como grupo social

Os sociólogos que trabalham nessa perspectiva apontam as questões mais controversas, difíceis de resolver, mais cruciais para o reconhecimento de uma sociologia da criança para a comunidade sociológica.

Nesse domínio, os trabalhos tentam esclarecer a posição da infância como grupo social e a posição desse grupo nos diversos contextos da vida cotidiana e nas estruturas de poder político e econômico. Essa problemática ganhou amplitude tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e mais particularmente nos países escandinavos, provocando conflitos entre especialistas da infância.

Para um número crescente de sociólogos, as crianças constituem um segmento da sociedade. As crianças deixam irremediavelmente, quando crescem, esse espaço da sociedade,⁵ mas outras crianças vêm ocupá-lo, permanecendo sempre o segmento. Há, sem dúvida, confrontações com outros grupos de idade, assim como há confrontação de valores, crenças, práticas de interação entre segmentos. Isso não impede que, se nos dedicarmos a estudar a “forma social” da infância, possamos perceber que ela tem um núcleo cultural específico (Qvortrup, 1994). Esse modo de abordar a infância não está associado à idéia de seguir uma visão de desenvolvimento da criança, centrada no seu amadurecimento e em sua integração progressiva, mas à de adotar uma visão fenomenológica que se interesse pela experiência das crianças, por seu papel de atores. James e Prout (1990) exprimiram isso numa fórmula bem-sucedida, argumentando que não é preciso estudar as crianças como “seres futuros”, mas simplesmente como “seres atuais”.

Reconhecer a infância como objeto sociológico não leva necessariamente a ignorar as diferenças entre crianças. Qvortrup et al. (1994), por exemplo, não negam a importância do fato de não haver apenas uma, mas uma pluralidade de infâncias. A infância de uma criança francesa, paquistanesa, peruana ou de uma japonesa não é igual, assim como a infância de uma menina não é a mesma que a de um menino, tampouco os filhos de executivos têm a mesma experiência da infância que os filhos de operários. Mas ele acha que falar da infância operária é tão abstrato quanto falar da infância em geral, da infância em um país em particular ou, ainda, num período particular. Segundo esse soció-

5. A idéia do segmento foi reformulada por uma antropóloga inglesa (Hardman, 1973).

logo dinamarquês, é possível distinguir um conjunto de traços que crianças de uma certa região, num dado momento, em determinadas estruturas econômicas e políticas, têm em comum. É possível ver também em que medida a infância, em uma dada região, mudou do ponto de vista histórico; a que ponto se modificaram as relações entre grupos de idade e comparar as infâncias de diferentes países; observar ainda se cada criança é única, se todo grupo de crianças – sejam meninas ou meninos, ou qualquer grupo correspondente a outros caracteres – vive de experiências particulares, se cada geração de crianças, cada coorte numa dada sociedade tem algo em comum, que permite ao pesquisador levantar proposições sobre a infância nessa sociedade (Qvortrup, 1995, p. 17). Vale notar que nessa perspectiva a palavra “crianças” não corresponde ao plural da palavra “criança”, mas qualifica um grupo pertencente à categoria “infância” (Qvortrup et al., 1994, p.6).

Temáticas variadas, ricas para o estudo, emergem no momento em que a infância é considerada como uma categoria social que constitui um objeto sociológico em si. De um ponto de vista demográfico, torna-se útil buscar dados estatísticos, indicadores econômicos e sociais que levem a conhecer melhor o estatuto social das crianças, de uma maneira que não seja dependente de sua família. O trabalho a ser feito nesse campo é enorme (Saporiti, 1994), pois, com frequência, as crianças são “escondidas” atrás das categorias estatísticas familiares. Nessas estatísticas oficiais, a visibilidade das crianças é muito reduzida.

De um ponto de vista econômico, mas também social e cultural, seria interessante saber mais sobre o modo que as crianças utilizam o tempo e o espaço. Na verdade, o que é com maior frequência estudado é o tempo que os adultos consagram às crianças. Mas o modo que as crianças utilizam o tempo, como o representam para si, ou, ainda, a experiência que têm em relação a ele, são aspectos de sua vida pouco conhecidos (Ennew, 1994). O mesmo ocorre com a utilização do tempo e a experiência com o espaço. Essas questões são sobretudo estudadas nos países escandinavos, cujos pesquisadores desenvolvem conceitos aptos a melhor circunscrevê-las, como os de “cena”, que designa o espaço físico, de *script*, o agenciamento do tempo, ou ainda o de “investimento do espaço familiar” (Frones, 1994).

O trabalho das crianças é um campo controverso, aberto cada vez mais a pesquisas. Qvortrup, entre outros, trabalhou essa questão de um ponto de vista sócio-histórico. Argumenta que as crianças sempre apresentaram uma utilidade para a economia de sua sociedade. Nas sociedades ocidentais, as crianças eram antes diretamente úteis como produtores. Hoje, elas trabalham nas escolas. O trabalho escolar é útil, segundo ele, em sentido duplo: porque, assim, as crianças se preparam para fazer parte da força produtiva de sua sociedade, e também porque elas oferecem emprego aos adultos

(Qvortrup, 1995). Se as crianças não são de utilidade econômica para seus pais, elas o são para a sociedade. Essa questão foi explorada por Oldman (1994), que aponta para um paradoxo, isto é, que os pais de nossos dias recorrem a um supervisão não familiar para seus filhos e são, eles próprios, pagos para fornecer uma supervisão não familiar a outras crianças.

Num estudo inglês (Morrow, 1994), o trabalho das crianças foi descrito segundo quatro categorias: a) trabalho pago (a criança exerce um trabalho em tempo parcial e é paga por pessoas exteriores à família); b) as atividades econômicas marginais (que são caracterizadas por sua irregularidade e por seu caráter a curto prazo, por exemplo o *baby-sitting*, a lavagem de carros); c) o trabalho não doméstico na família (ajudar, por exemplo, num negócio familiar); d) o trabalho doméstico (as tarefas domésticas de rotina, a guarda dos irmãos e irmãs, as compras etc.). Esse estudo revelou que 38% das crianças (N=730) de 11 a 16 anos têm um trabalho que corresponde às três primeiras categorias e 40%, um trabalho doméstico. O autor pensa que é errado considerar as crianças como fardos que só fazem consumir os bens e serviços na família e na escola, e que seu papel econômico no mercado de trabalho deveria nos conduzir a reconsiderar a maneira como se conceitua a infância.

A relação econômica das crianças com os adultos é considerada por alguns como análoga à relação das classes sociais (Oldman, 1994, 1994a). Essa conceituação apresenta sem dúvida algumas fragilidades, de resto reconhecidas pelo seu autor, mas ela levanta questões interessantes. Entre elas a de Sgritta (1994), a saber, que as transformações demográficas nas sociedades ocidentais e as mudanças na distribuição da população segundo as idades, fazem com que as famílias com crianças – lembrando-se que os adultos sozinhos sem filhos são cada vez mais numerosos – sejam obrigadas a repartir o mesmo salário entre um número de pessoas mais elevado do que as famílias sem filhos. Ademais, nas sociedades com mais velhos, as famílias com crianças recebem cada vez menos compensações por parte da sociedade. Isso faz com que as crianças se tornem cada vez mais o grupo menos favorecido. Sem dúvida, as relações entre gerações devem ser repensadas.

As crianças que vivem nos países onde as condições econômicas são muito difíceis; que conhecem a exploração econômica, assim como as crianças de rua, suscitam cada vez mais a atenção dos sociólogos. Reynolds (1988) estudou as estratégias das crianças na África do Sul diante das medidas repressivas contra elas. Ela descreveu a violação dos direitos civis das crianças presas e os problemas das crianças de rua. Com relação às crianças de rua, uma pesquisa nos Estados Unidos enfatizou como os problemas das crianças que chegam às ruas se transformam, os problemas familiares e escola-

res são substituídos pelos problemas de sobrevivência (Visano, 1988). Outros trabalhos dirigem-se para a questão fundamental da nutrição (Tynes, 1991).

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS NO DOMÍNIO DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Os trabalhos empíricos estudam, como vimos, várias facetas e aspectos do mundo da infância. Sem dúvida, essa síntese deixa na sombra, por falta de espaço, um grande número de trabalhos.⁶ Decerto as contribuições são ainda limitadas, mas as problemáticas que perpassam a sociologia contemporânea estão bem presentes. Os primeiros sociólogos a se interessarem de novo pela infância, após os pioneiros anos 20, pertencem à geração que sucedeu a de Parson e que restabeleceu vínculos com as abordagens de Mead, Weber, Simmel, Schulz. O recuo do funcionalismo estruturalista e o impulso das pesquisas interacionistas, fenomenológicas e interpretativas prepararam, pois, o terreno para os sociólogos interessados em estudar as crianças. Pistas teóricas seguidas por esses pesquisadores, desde os anos 70, atingem não só questões da construção social da infância e da definição da socialização, mas também a relação ator-estruturas e a relação micro-macro.

Com relação à “construção social da infância”, encontramos alguns desenvolvimentos interessantes. Na corrente interacionista, Denzin escreveu que as crianças são “produtos políticos” que não têm porta-vozes para defendê-las:

Sem porta-voz evidente de seu *status* coletivo, são os especialistas da sociedade que dissertam e legislam a propósito das crianças, que as controlam e perscrutam: assistentes sociais, psicólogos escolares, educadores para delinquentes tutelados, juízes, tribunais, professores, sociólogos, antropólogos, homens políticos, psiquiatras. (1977, p. 16, tradução nossa)

Jenks também insiste no fato de que a infância não é um fenômeno natural, mas social. Para ele:

A transformação social da criança em adulto não resulta diretamente de seu crescimento físico. O reconhecimento da infância pelos adultos, e vice-versa, não é somente determinado pela diferença física; esta tampouco é uma base suficientemente clara para a relação entre o adulto e a criança. A infância deve ser concebida como uma construção social, que se refere a um *status* social definido por limites integrados

6. Principalmente os trabalhos provenientes de pesquisadores escandinavos que estão entre os primeiros a se interessar pela infância. Seria necessária provavelmente uma outra síntese para esses trabalhos. Vale mencionar a revista *Childhood*, da editora Sage, iniciativa de pesquisadores escandinavos desde 1993.

à estrutura social, que transparece em certas condutas, referindo-se no essencial a um meio cultural particular. (1982, p. 12, tradução nossa)

A construção social da infância é igualmente central na obra editada por James e Prout (1990) que, perseguindo um novo paradigma para o estudo da infância, enfatizam a reconstrução da infância. Chamando a atenção para o fato de nosso século ter conhecido uma multiplicação dos saberes sobre a infância – as experiências psicológicas, os testes psicométricos, os mapas sociométricos, as descrições etnográficas, os estudos longitudinais etc. –, argumentam que os conhecimentos estruturam nossa reflexão sobre a infância e as crianças. Tais saberes conduziram a uma “imposição crescente de uma concepção muito ocidental da infância para todas as crianças, cujo efeito foi mascarar o fato de que a infância, como tal, nada mais é, na realidade, que uma construção social” (Prout, James, 1990, p.9, tradução nossa).

Para construir um novo paradigma, consideram necessário levar em conta uma série de proposições, resumidas a seguir:

1. A infância é uma construção social.
2. A infância é variável e não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como a classe social, o sexo ou o pertencimento étnico.
3. As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si.
4. As crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam.
5. Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância.
6. A infância é um fenômeno no qual se encontra a “dupla hermenêutica” das ciências sociais evidenciada por Giddens, ou seja, proclamar um novo paradigma no estudo sociológico da infância é se engajar num processo de “reconstrução” da criança e da sociedade (Prout, James, 1990, p.8-9).

Vale lembrar que outros pesquisadores continuam, de maneira mais radical, a perspectiva do construcionismo social e trabalham com a desconstrução das narrativas sobre a infância (Stainton Rogers, Stainton Rogers, 1992).

Grande parte dos trabalhos sociológicos sobre a infância está associada a uma “abordagem renovada da socialização” e a uma crítica da visão clássica desse processo. O artigo de Wrong (1961), criticando a concepção “hiper-socializada” do homem na perspectiva funcionalista, é um dos favoritos entre os sociólogos da infância. O conceito de socialização, antiga fórmula que se refere a um processo unilateral, isto é, a influência exercida pelas instituições e agentes sociais com vistas à assimilação, à adaptação e à

integração dos indivíduos na sociedade, suscitou fortes reações por parte dos sociólogos que estudam as crianças. A crítica fundamental era que uma tal visão desse fenômeno conduz a uma abordagem enviesada das crianças, ou seja, são consideradas como objetos ou então como placas de cera sobre as quais os adultos imprimem a cultura.

Vários pesquisadores quiseram ultrapassar essa visão restritiva da socialização (Jenks, 1982; James, Prout, 1990; Mayall, 1994; Alanen, 1994; Qvortrup, 1995). Waksler acha que uma das razões do problema que os sociólogos tiveram com o estudo da socialização é o fato de não terem examinado de maneira crítica seus próprios pressupostos sobre a realidade social e, sobretudo, sobre o papel das crianças no mundo (1991, p. 18). Dentre esses pressupostos, ela inclui aquele que consiste em pensar que as crianças são produtos inacabados, indivíduos a quem falta algo, que se enganam, que sempre erram, que não compreendem. Ela propõe uma série de questões para ultrapassar essas idéias preconcebidas. Algumas estão resumidas a seguir:

Em que medida a socialização das crianças e a dos adultos constituem processos diferentes ou similares?

- As crianças são recipientes vazios que se enchem ou, se esse não for o caso, o que elas contêm e quais são as implicações dessa constatação para sua socialização?
- A socialização é mais bem percebida como um processo com sentido único ou como uma relação recíproca?
- Os agentes de socialização são sempre bem-sucedidos nas suas tentativas? Metodologicamente não seria mais prudente problematizar os resultados da socialização?
- As crianças só seriam socializadas no âmbito de um grupo social ou de vários? No segundo caso, esses grupos estão em competição, em conflito? (Waksler, 1991, p.2).

Para Waksler, mesmo se os sociólogos se atêm a esse tipo de questão, o estudo da socialização não poderia jamais conter a totalidade das experiências das crianças, pois estas fazem outras coisas além de se submeter à socialização.

As diversas reflexões sobre a socialização não são independentes de um outro problema teórico: a relação ator-estruturas (ou *agency-structure*). A sociologia interpretativa enfatiza mais a produção da vida social pelos indivíduos do que a produção dos comportamentos pelas estruturas sociais. Vários trabalhos sobre a infância hoje se inspiram nessa abordagem e estudam, como vimos, as crianças como atores que interagem com as

pessoas, as instituições, que criam para si um lugar no mundo que as rodeia, reagem aos adultos, negociam e redefinem a realidade social. Ao lado dos trabalhos empíricos constrói-se, pouco a pouco, uma reflexão teórica interessante. Certos pesquisadores, insatisfeitos com as abordagens que separam os atores e as estruturas, pensam que é preciso considerar os dados concernentes à ação e à experiência das crianças, situando-as nas obrigações da organização social. Os trabalhos dos teóricos modernos da sociologia, de Giddens, entre outros, servem, freqüentemente, como referência. James e Prout, por exemplo, à procura de teorias de médio porte recentemente reivindicaram as conceituações da antropóloga Mary Douglas, para melhor abordar aquilo que eles chamam de “dualidade da infância” e “perceber as experiências das crianças como agentes subjetivos e como receptores da socialização dos outros, mediante as instituições que são a família, a escola, o Estado” (1995, p.8, tradução nossa). É com esse objetivo que eles adaptaram os conceitos de *grid and group*, de Douglas, para analisar a variedade das formas de engajamento das crianças nas estruturas sociais e as estratégias que elas desenvolvem no âmbito dessas estruturas. Segundo suas observações, as crianças são, às vezes, controladas, às vezes, controladoras, às vezes, estão sob o efeito das estruturas e, às vezes, são produtoras de estruturas. Para eles, o estudo das crianças busca um ponto de vista crítico sobre a relação entre a estrutura social e o *human agency*, pois, estudando a luta das crianças para participar no mundo social, essa relação se torna particularmente visível.

Sawyer (1995) também pensa que o estudo sistemático dos processos interacionais de crianças pode ajudar a resolver um certo número de questões relativas à construção da ordem social e a determinar até que ponto essa ordem exerce uma restrição sobre as ações dos indivíduos. De maneira geral, tem-se a impressão de que esses pesquisadores têm vontade de considerar a estrutura e os atores como dois aspectos de um mesmo fenômeno e não como duas portas de entrada irredutíveis da análise sociológica.

Na mesma ordem de idéias, Corsaro (1997) desenvolveu o conceito de reprodução interpretativa. Sua tese é que as crianças participam da estabilidade e das mudanças de nossas sociedades mediante uma “reprodução interpretativa”, ou seja, se eles reproduzem elementos culturais existentes, essa reprodução não é cega ou automática, mas se remete a uma interpretação coletiva.

A *relação macro-micro* não existe sem ligação com a problemática estruturas-atores. É talvez uma apreensão mais metodológica da relação entre indivíduo e sociedade. Para qual nível é preciso ajustar os instrumentos de análise? Segundo a visão de determinado pesquisador sobre a relação estruturas-atores, ele poderá interessar-se mais pelas variáveis macroestruturais e seus efeitos sobre as crianças, ou então pela

análise microestrutural das interações entre atores, chegando, no caso, à consideração dos efeitos dessas interações sobre as estruturas.

Os trabalhos que estudam simultaneamente os dados biográficos e os acontecimentos socioeconômicos, voltados para as famílias ou comunidades, são raros (ver, nessa área, os trabalhos de Elder, 1974). Nesse terreno, deve-se mencionar um estudo que teve lugar na Alemanha (Ocidental e Oriental) e nos Países Baixos. Nesse estudo longitudinal, os pesquisadores desenvolveram um quadro teórico para medir o impacto da modernização e do “processo de civilização”, segundo Elias, na vida cotidiana das crianças. Eles trabalharam, de um lado, sobre a correspondência entre as mudanças vivenciadas pela criança no seu cotidiano e na relação com os pais e, de outro lado, a evolução macrosocial marcada pelo processo de individualização que se manifesta nas sociedades ocidentais, cada vez mais impregnadas pela economia do mercado e pelo consumismo (Büchner, Krüger, Du Bois-Reymond, 1994).

RUMO A UMA NOVA ESPECIALIDADE?

Esses desenvolvimentos teóricos são, como vimos, ligados a preocupações que se juntam às da sociologia no seu conjunto. Até contribuem com idéias novas, mas não são muito numerosos nem totalmente originais. A relativa carência no âmbito teórico pode ser explicada, em parte, pelo fato de que essa especialidade⁷ é bastante recente e, também, pelo fato, como explica Ambert (1995), de as crianças terem sido, durante muito tempo, “psicologizadas”; de as teorias da socialização exercerem durante muito tempo uma espécie de monopólio sobre o domínio da infância; de os guardiões do templo das revistas prestigiadas não favorecerem a difusão de trabalhos nessa área, desencorajando a imaginação sociológica.

Nessas condições, a construção de abordagens teóricas originais não pode se dar do dia para a noite. É por essa razão que uma revista como a *Sociological Studies of Children* teve um papel extremamente importante. É também para encorajar a reflexão teórica que essa revista adotou como política a abertura a diferentes abordagens teóricas e a pesquisadores de todos os países. Há sem dúvida muito por fazer ainda, antes que a sociologia da infância, que parece uma evidência para alguns, seja reconhecida de maneira mais ampla. Ela encontra os mesmos problemas com que se debateram os estudos

7. Evidentemente vários trabalhos que dizem respeito às crianças, realizados pelos sociólogos da família e sociólogos da educação, poderiam fazer parte de uma sociologia da infância. Uma constatação análoga pode ser feita para outras “novas” especialidades antes de serem reconhecidas.

feministas (Alanen, 1994) e deverá enfrentar toda uma série de paradoxos ligados à atitude ambivalente das sociedades modernas em face da infância, que, mesmo manifestando uma grande preocupação com a infância, privam-na, ao mesmo tempo, de seus direitos (Qvortrup, 1995). Terá de resolver o problema da politização da área, ligada às controvérsias dos direitos da criança. Os sociólogos, sempre prontos a revelar os pressupostos ideológicos dos discursos, não deveriam analisar igualmente os elementos ideológicos de suas próprias perspectivas?

É, pois, em torno desses paradoxos, entre outras coisas, que começam a ser construídos pontos de vista opostos que vão, pouco a pouco, se definir melhor, se confrontar em debates contraditórios, sempre preciosos para o avanço das idéias e das teorias. Hoje, por exemplo, o modelo teórico clássico da socialização se opõe, mesmo se em claro recuo, ao modelo da infância como grupo de idade que tem cultura própria; ao modelo determinista da infância se opõe o de uma experiência dupla na qual a criança é, ao mesmo tempo, produto e produtor; diante do modelo que ressalta os aspectos específicos da infância, encontra-se um outro preocupado com a pluralidade das infâncias; diante daquele que, num plano conceitual mais amplo que o plano sociológico, considera que a infância apresenta uma vulnerabilidade natural, inerente à natureza das crianças e à sua inocência, esboça-se um modelo que considera a infância como um grupo de idade que apresenta uma vulnerabilidade estrutural, socialmente construída (Landsown, 1994). Cada vez mais a infância é considerada como uma forma estrutural, e as crianças como um “povo” de traços específicos, tendo, segundo o sociotipo estudado, uma cultura própria, um sistema de trocas, e, portanto, de ritualização própria, sendo, numa palavra, um “ser com seu mundo particular” (Javeau, 1994, p. 16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALANEN, L. Gender and generation: feminism and the child question. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood Matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p. 27-42.
- ALWIN, D. F. Historical changes in parental orientations to children. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.65-86, 1988.
- _____. Historical changes in sex differences in parental preferences for child qualities. *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.199-222, 1991.
- AMATO, P. R. Single-parent households as settings for children's development, well-being and attainment. *Sociological Studies of Children*, v.7, p. 19-46, 1995.
- AMBERT, A. M. *The Effect of children on parents*. Binghamton, New York: Haworth Press, 1992.

- _____. *Sociology of sociology: the place of children in North American sociology. Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.73-86, 1986.
- _____. *Sociological theorizing on children: concluding thoughts. Sociological Studies of Children*, v.7, p.247-55, 1995.
- BOOCOCK, S. S. Childhood and childcare in Japan and The United States: a comparative analysis. *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.51-90, 1991.
- BOSSARD, J. H., STOKER-BOLL, E. *The Sociology of child development*. New York: Harper and Row, 1966.
- BÜCHNER, P. M., KRÜGER, H. H., DU BOIS-REYMOND, M. Growing up as a "modern" child in Western Europe: the impact of modernization and civilization processes on the everyday lives of children. *Sociological Studies of Child Development*, v.6, p.1-24, 1994.
- _____. Growing up in three European Regions. In: CHISHOLM, L. et al. (eds.) *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. New York: Walter de Gruyter, p.43-60, 1995.
- CARERE, S. Lifeworld of restricted behavior. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.105-38, 1987.
- CHISHOLM, L. et al. (eds.) *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. New York: Walter de Gruyter, 1995.
- CORSARO, W. A. Discourse processes within peer culture: from a constructivist to an interpretive approach to childhood socialization. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.81-104, 1986.
- _____. *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks Cal.; Pine Forge Press, 1997.
- _____. Young children's conception of status and role. *Sociology of Education*, n.52, p.46-59, 1979.
- CORSARO, W. A., EDER, D. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, n.16, p.19-220, 1990.
- CORSARO, W. A., MILLER, P. (eds.) *Interpretive approaches to children's socialization*. San Francisco: Jossey Bass, 1992.
- CULLINGFORD, C. *The Inner world of the school: children's ideas about schools*, London: Cassell, 1991.
- CUNNINGHAM, H. *The children of the poor: representations of childhood since the seventeenth century*. Oxford: Blackwell, 1991.
- DANZIGER, K. (ed.) *Readings in child socialization*. London: Pergamon Press, 1970.

- DARLING, R. B., DARLING, J. Early intervention: a field moving toward a sociological perspective. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.9-22, 1992.
- DAS, R., McCARTHY, D. The Cognitive and emotional significance of play. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.35-54, 1986.
- DENZIN, N. K. *Childhood socialization*. San Francisco: Jossey-Bass, 1977.
- DESALVO, F. J., ZURCHER, L. A., GROTEVANT, H. Toward understanding the discipline process: the parent-child interaction model. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.123-36, 1986.
- DREIZEL, H. P. *Childhood and socialization*. New York: Macmillan, 1973. (Recent Sociology, n.5)
- EDER, D., SANFORD, S. The Development and maintenance of interactional norms among early adolescents. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.283-300, 1986.
- ELDER, G. H., MODELL, J., PARKE, R. D. *Children in time and place: developmental and historical insights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ELDER, J., GLENN, H. *Children of the great depression*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.
- ELKIN, F., HANDEL, G. *The Child and society: the process of socialization*. New York: Random House, 1960.
- ENNEW, J. Time for children or time for adults. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p. 125-44.
- FINE, G. A., SANDSTROM, K. L. *Knowing children: participant observation with minors*. London: Sage, 1988.
- FRONES, I. *Among peers: on the meaning of peers in the process of socialization*. Oslo: Scandinavian University Press, 1995.
- _____. Dimensions of childhood. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*, Avebury: Aldershot, 1994. p.145-64.
- FURSTENBERGE, F. F., SELTZER, J. Divorce and child development. *Sociological Studies of Child Development*. v.1, p.137-62, 1986.
- HANDEL, G. (ed.) *Childhood socialization*. New York: Aldine, 1988.
- HARDMAN, C. Can there be an anthropology of children? *Journal of the Anthropology Society of Oxford*, n.1, p.2, 1973.
- JAMES, A., PROUT, A., (eds.) *Constructing and reconstructing childhood*. London: Falmer Press, 1990.

- _____. Hierarchy, boundary, and agency: toward a theoretical perspective on childhood. *Sociological Studies of Children*. v. 7, p.77-100, 1995.
- JAVEAU, C. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales. *Revue de l'Institut de sociologie*. Université Libre de Bruxelles, v.1-2, p.15-9, 1994.
- JENKS, Ch. (ed.) Introduction: constituting the child. In: JENKS, C. (ed.) *The Sociology of childhood: essential readings*. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982. p.9-24.
- _____. *The Sociology of childhood: essential readings*. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982.
- KALEKIN-FISHMAN, D. Performances and accounts: the social construction of the kindergarten experience. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.81-104, 1987.
- KLESS, S. The Attainment of peer status: gender and power relationships in the elementary school. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.115-50, 1992.
- LANDSOWN, G. Children's rights. In: MAYALL, B. (ed.) *Children's childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994. p.33-44.
- LEAVITT R. L. Power and resistance in infant-toddler day care centers. *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.91-112, 1991.
- MACKAY, R. W. Conceptions of children and models of socialization. In: TURNER, R. (ed.) *Ethnomethodology*. Harmondsworth: Penguin, 1974. p.180-93.
- MANDELL, N. Children's negotiation of meaning. In: WASKLER, F. C. (ed.) *Studying the social worlds of children: sociological readings*. London: The Falmer Press, 1991.
- _____. The Least-adult role in studying children. *Journal of Contemporary Ethnography*, v.16, n.4, p.433-67, 1988.
- MAYNARD, D. The Development of argumentative skills among children. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.233-58, 1986.
- MAYALL, B. (ed.) *Children's childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994.
- MEEHAN, A. J. Rule recognition and social competence: the case of children's play and games. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.245-62, 1988.
- MORROW, V. Responsible children? Aspects of children's work and employment outside school in contemporary UK. In: MAYALL, B. (ed.) *Children's childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994. p.114-27.
- NÄSMAN, E. Individualization and institucionalization of childhood in today's Europe. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Aldershot: Avebury, 1994. p.165-88.
- OAKLEY, A. *Towards a sociology of childhood*. New York: Schocken Books, 1980.

- OLDMAN, D. Adult-child relations as class relations. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994a. p.43-58.
- _____. Childhood as a mode of production. In: MAYALL, B. (ed.) *Children's childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994b. p.153-66.
- OPPIE, I., OPPIE, P. *The Lore and language of school children*. London: Oxford University Press, 1959.
- OSWARD, H. et al. Gaps and bridges: interaction between girls and boys in elementary school. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.205-24, 1987.
- OSWALD, H. Negotiations of norms and sanctions among children. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.99-114, 1992.
- PASSUTH, P. M. Age hierarchies within children's groups. *Sociological Studies of Child Development*. v.2, p.185-204, 1987.
- PHADRAIG, M. N. G. Day care-adult interests versus children's needs? A question of compatibility. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p.77-100.
- PLATT, A. *The Child savers*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- _____. The Rise of the child-saving movement. *Annals of the American Academy*, n.381, p.21-38, 1969.
- POLLARD, A. *The Social world of the primary school*. London: Holt, Rinehart & Winston, 1985.
- QVORTRUP, J. *Childhood as a social phenomenon: lessons from an international project*. Vienna, European Centre, 1993. (Eurosocial Report 47)
- QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters: social theory, practice and politics*, Avebury: Aldershot, 1994.
- QVORTRUP, J. Childhood in Europe: a new field of social research. In: CHISHOLM, L. et al. (eds.). *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*, New York: Walter de Gruyter, 1995. p.7-20.
- REYNOLDS, P. The Double strategy of children in South Africa. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.113-38, 1988.
- RICHARDS, M. P.M. (ed.) *The Integration of a child into a social toord*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- RICHIE, O.W., KOLLER, M. *Sociology of childhood*. New York: Appleton Century Crafts, 1964.
- SAPORITI, A. A Methodology for making children count. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*, Avebury: Aldershot, 1994. p.189-210.

- SAWYER, K. A Developmental model of heteroglossic improvisation in children's fantasy play. *Sociological Studies of Child Development*, v.7, p.127-51, 1995.
- SCHÜTZE, Y. The Good mother; the history of the normative model of "mother love". *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.39-80, 1987.
- SGRITTA G. B. The Generational division of welfare: equity and conflict. In: QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p.335-62.
- SHIPMAN, M. *Childhood: a sociological perspective*. Ontario: National Foundation for Education Research, 1972.
- SOMMERVILLE, J. *The Rise and fall of childhood*. London: Sage, 1992.
- SPEIER, M. The Everyday world of the child. In: DOUGLAS, J. D. (ed.) *Understanding everyday life*. Chicago: Aldine, 1970. p.188-217.
- STANTON ROGERS, R., STANTON ROGERS, W. *Stories of childhood: shifting agendas of child concern*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- STUDER, M. Non-parental child care environments: differences in preschool cognitive skills by type of care. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.23-48, 1992.
- _____. Quality of center care and cognitive outcomes: differences by family income. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.49-72, 1992a.
- TRENT, J. W. A Decade of declining involvement: American sociology in the field of child development, the 1920s. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.11-38, 1987.
- TYNES, S. The World's children: economic and social determinants of malnutrition, *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.29-50, 1991.
- VISANO, L. The Socialization of street children: the development and transformation of identities. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.139-62, 1988.
- WAKSLER, F. C. Studying children: phenomenological insights. *Human Studies*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, v.9, n.1, p.71-82, 1986.
- _____. (ed.) *Studying the social worlds of children*. London: The Falmer Press, 1991.
- WALLER, W. *The Sociology of teaching*. New York: John Wiley & Sons, 1967.
- WHITING, B. B., EDWARDS, C. P. *Children of different worlds: the formation of social behavior*. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1988.
- WOODS, P. *Pupil strategies*. London: Croom Helm, 1980.
- WRONG, D. The Oversocialized concept of man in modern sociology. *American Sociological Review*, v.26, p.184-93, 1961.
- ZELIZER, V. H. *Pricing the priceless child*. New York: Basic-Books, 1985.